

INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA AEP-ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL, PAULO NUNES DE ALMEIDA, NA SESSÃO DE ABERTURA DA CONFERÊNCIA "O FUTURO ENERGÉTICO EM PORTUGAL", LISBOA, MUSEU DA ELECTRICIDADE, 21 DE ABRIL DE 2009.

O tema que hoje nos reúne – o futuro energético de Portugal – tem sido objecto de permanente preocupação e análise por parte das três associações empresariais aqui presentes. Tem também sido exemplo de como podemos, a uma só voz, apresentar contributos válidos em prol das empresas portuguesas e do desenvolvimento da economia nacional, desta vez também em parceria com uma instituição com o passado e reconhecida capacidade como a Ordem dos Engenheiros.

Na última posição pública que tomamos sobre este tema, em Julho do ano passado, chamávamos a atenção para o facto da evolução do preço do petróleo, carvão e gás natural estar a pôr em risco o crescimento económico em Portugal, constatando que o país estava a ser mais afectado do que muitos dos países europeus, dada a sua maior dependência energética do petróleo. De facto, o peso das importações de petróleo é significativamente mais elevado em Portugal do que na média dos países da UE a 15 e o nosso rácio de importações tem oscilado nos últimos anos entre 83% e 88% da energia primária consumida. Na União Europeia, apenas Malta, Irlanda, Chipre, Luxemburgo e Itália apresentam rácios mais elevados. Nessa tomada de posição, não nos limitámos a alertar para a gravidade do problema e para as suas repercussões na nossa economia, mas apresentámos um conjunto de propostas estruturado em torno de três objectivos: o melhor aproveitamento de oportunidades na oferta energética; o aumento de concorrência no sector e o estímulo da eficiência no consumo.

No mês em que o nosso documento foi divulgado, o preço do petróleo tinha atingido o seu máximo histórico, 147 dólares e meio por barril. Hoje, volvidos apenas nove meses, o petróleo ronda os 50 dólares e as projecções do Banco Central Europeu apontam para que permaneçam próximo deste valor ao longo de 2009.

Esta queda dos preços do petróleo representa, sem dúvida, um alívio para o nosso enquadramento económico, reduzindo a factura energética do país e das empresas e contribuindo para uma queda sem paralelo da inflação, o que tornou possível, da parte do Banco Central Europeu, a descida das taxas de juro de referência. Basta referir que o Banco de Portugal reviu em baixa, para 2009, as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa em 3,2 pontos percentuais do PIB, devido à evolução mais favorável das taxas de juro e do preço do petróleo.

Mas não tenhamos ilusões: se o preço do petróleo está hoje mais baixo (infelizmente pela pior das razões – baixas expectativas da procura causadas pela recessão internacional) a tendência a médio e longo prazos será, inevitavelmente, de aumento, mais ou menos brusco, dos preços, em função da progressiva escassez do próprio petróleo, enquanto recurso natural, e de uma procura crescente, impulsionada pelas necessidades imensas das novas economias emergentes, sobretudo da China e da Índia. Acresce ainda o problema do risco político, dado que as

reservas tendem cada vez mais a serem detidas por um número reduzido de países com um alto potencial de instabilidade.

Por isso, a nossa preocupação sobre o futuro energético de Portugal não pode esmorecer e as nossas propostas mantêm-se válidas, porque baseadas numa visão de longo prazo.

Contudo, a conjuntura actual de baixos preços do petróleo e de recessão económica profunda a nível nacional e internacional veio alterar bruscamente o cenário em que se multiplicavam projectos de investimento no sector das energias renováveis e se abriam novas perspectivas para o aproveitamento de outras fontes de energia, além da eólica e da solar, como a energia das ondas ou a geotermia.

Muitos projectos ontem promissores perderam agora atractividade, porque menos competitivos com os combustíveis fósseis, ou por encontrarem dificuldades de financiamento para se concretizarem. Por isso, sem pôr em causa a necessidade de se avançar para novas formas de energia, torna-se agora tão relevante e mais urgente, quer do ponto de vista do problema energético, quer do ponto de vista económico, acelerar o lançamento e construção de novos aproveitamentos hidroeléctricos, nomeadamente os que estão já em curso e os previstos no Plano Nacional de Barragens.

Do ponto de vista energético, se hoje nos parece ambiciosa a meta de 45% para a produção de electricidade com base em energias renováveis é porque nos esquecemos que, nos anos setenta do século passado, o seu peso era de 70%, graças ao aproveitamento dos nossos recursos hídricos. A potência instalada em grandes hídricas tem estado por demasiado tempo estagnada e o potencial hídrico nacional tem permanecido em larga medida desperdiçado, enquanto que o aumento do consumo de electricidade tem exigido o recurso crescente à produção a partir de combustíveis fósseis importados. Além disso, é muito forte a complementaridade entre a produção de energia hídrica e eólica: só podemos entender um forte aumento da potência instalada em geradores eólicos no quadro da exploração otimizada de sistemas híbridos eólico / hídrico, através de bombagem.

Do ponto de vista económico, os investimentos em barragens apresentam um vasto leque de vantagens:

- são rentáveis, sem implicar a concorrência com outros projectos na utilização de fundos comunitários;
- incorporam tecnologia nacional, na qual Portugal tem demonstrado internacionalmente as suas capacidades;
- empregam mão-de-obra nacional, contribuindo para a redução do desemprego num sector particularmente fustigado pela crise;
- têm um baixíssimo conteúdo de importações e
- promovem, em termos futuros, a redução de importações e da nossa dependência externa.

Temos por isso razões de sobra para fazer aqui um forte apelo para que quaisquer obstáculos ao rápido lançamento e construção das oito novas barragens que estão previstas sejam

ultrapassados, com determinação, por todos os actores envolvidos, independentemente da sua natureza e proveniência. São, neste momento, obras da maior relevância e prioridade para o nosso país.

Há outra área em que é fundamental investir: a rede de transporte e distribuição, de modo a conseguir uma maior eficiência energética pela redução de perdas e a melhorar a qualidade de serviço no fornecimento de electricidade. De facto, a AEP tem vindo a receber com elevada frequência, reclamações de associados relativamente a interrupções, cavas e micro-cortes no fornecimento de energia eléctrica. Temos conhecimento de um caso, localizado no litoral, a 30 quilómetros do Porto, em que os custos associados a estes problemas são suficientemente elevados para que a empresa pondere seriamente a hipótese da sua deslocalização para fora do nosso País.

Acresce que a legislação em vigor é demasiadamente permissiva nas suas exigências quanto à qualidade do serviço, não acautelando devidamente os interesses dos consumidores, nomeadamente os consumidores industriais.

A este propósito, a própria ERSE considerou no seu último Relatório de Qualidade de Serviço que “o cumprimento claro dos padrões demonstra que os valores estabelecidos são ainda desajustados, ou seja, pouco exigentes”

Mas há outra área para a qual queria chamar a vossa atenção, que terá porventura um maior potencial na redução das importações de combustíveis fósseis e das emissões de CO₂ do que tudo o que está previsto em termos de energias renováveis: estou a falar da eficiência energética.

Eficiência energética que tem um enorme potencial na redução dos consumos finais domésticos e dos transportes, sectores que pesam hoje mais de metade (mais precisamente 53,5%) no total dos consumo final de energia, em Portugal.

Neste domínio, é fundamental que o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética, aprovado em Abril do ano passado, seja posto em prática rapidamente e com determinação. Saudamos aqui a decisão tomada recentemente pelo Governo de incluir na iniciativa para o Investimento e o Emprego a melhoria da eficiência energética dos edifícios públicos.

Mas não nos podemos contentar com os programas e as medidas já decididos. Há que procurar activamente, com imaginação e realismo, novas soluções neste domínio.

Em particular no caso da eficiência energética no sector doméstico, não podemos ficar por campanhas de sensibilização bem intencionadas junto dos consumidores; úteis, sem dúvida, mas de resultados pouco expressivos. Também não podemos esperar um impacto significativo do recurso a soluções muito sofisticadas, que, apesar de eficazes, não são acessíveis à generalidade das famílias. Há, sem dúvida, exemplos de medidas, já em curso, das quais esperamos um impacto interessante. Mas são precisas (e urgentes) novas soluções acessíveis, de baixo custo e rápida implementação. Há que procurá-las e pô-las em prática.

No que respeita ao sector empresarial, da parte da AEP, temos neste momento em curso um projecto apoiado pelo Sistema de Incentivos às Acções Colectiva, com o objectivo de concretizar acção com impacto em toda a economia. Paralelamente, estamos a estudar, em conjunto com importantes consumidores industriais, um plano de acções conjuntas que visam



uma maior eficiência energética e que para o futuro funciona como verdadeira acção de demonstração junto do mercado.

Ao focar esta intervenção em dois pontos específicos – potencial hídrico e eficiência energética – não esqueço outros domínios que decerto merecem toda a nossa atenção. Ao longo desta conferência não duvido que teremos ocasião de reflectir sobre eles. Quis, no entanto, dar uma particular ênfase a duas áreas que considero fundamentais, sobretudo no actual contexto em que, mais do que nunca, é essencial compatibilizar a resolução do nosso problema energético com a competitividade e o desenvolvimento da nossa economia e das nossas empresas.

Muito Obrigado